



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.095.183/0001-40

BR 230, Km 25, Bairro Cristo Redentor

João Pessoa - PB - CEP 58071-680

www.energisa.com.br

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA As ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018, ÀS 16:00 HORAS

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, JÁ DIVULGADA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 21 DE MARÇO DE 2018, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481.

1. Informar o lucro líquido do exercício.

R\$ 232.569.672,41 de 2017.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Dividendos de R\$ 187.695.827,00, perfazendo R\$ 204,426055368456 por ação ordinária, tendo sido antecipados e quitados totalmente: i) em 31 de agosto de 2017, o valor de R\$ 69.179.877,50 (R\$ 75,3462114446 por ação ordinária); ii) em 21 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 11.132.852,76 (R\$ 12,1251772648560 por ação ordinária); e iii) em 24 de fevereiro de 2018, o valor de R\$ 107.383.096,74 (R\$ 116,954666659 por ação ordinária).

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

80,7%.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não houve.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Os dividendos de 2017 já foram totalmente pagos (vide item 2).

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Os dividendos de 2017 já foram totalmente pagos, à vista (vide item 2).

- c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**
Não aplicável.
- d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**
Ainda não definida.
6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**
- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.**
Os dividendos de 2017 já foram totalmente pagos, à vista (vide item 2).
- b. **Informar a data dos respectivos pagamentos.**

Ainda não definida.

7. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**
- a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.**

Exercício	Lucro líquido (R\$)	Lucro líquido por ação (R\$)
2017	232.569.672,41	253,30
2016	163.864.119,97	178,47
2015	106.964.012,83	116,50

- b. **Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores (não houve distribuição de juros sobre capital próprio).**

Exercício	Dividendo total (R\$)	Por ação ordinária (R\$)
2017	187.695.827,00	204,426055368456
2016	155.670.913,97	169,5466084015
2015	62.080.410,30	67,6139347162

8. **Havendo destinação de lucros à reserva legal**
- a. **Identificar o montante destinado à reserva legal.**
Não houve.
- b. **Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.**
Não aplicável
9. **Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**
Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Conforme estabelece o artigo 32 do Estatuto Social:

“Art.32 A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

A Companhia tem efetuado nos últimos exercícios pagamentos de dividendos acima do valor mínimo obrigatório (25%).

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não há.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção.

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

Não aplicável

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE ART. 10 DA IN CVM 481/09 - PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA O DIA 27 DE ABRIL DE 2018

Informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar:

Nome: Ivan Müller Botelho	Data de Nascimento: 31/03/1944	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 002.991.386-15	Profissão: Engenheiro Eletricista	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração		Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM		Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A		
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.		Número de mandatos consecutivos: 06		

Experiência profissional:

Graduação em Engenharia Elétrica na University of Miami - Diploma de BSC Engenharia; Curso de Administração de Empresas para Altos Executivos, elaborado pela ELETROBRÁS, na Fundação Getúlio Vargas, em 1970; Curso de Administração para Altos Executivos no RPI -Rensselaer Polythecnic Institute em Troy - N.Y. -USA - 1970. Experiência profissional: Foi Vice-Presidente da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, Vice-Presidente da ABCE - Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica, membro do Conselho Consultivo da FIEMG - Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais e membro do Conselho Empresarial de Política Industrial da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema, da Energisa Minas Gerais e da Energisa Sergipe e membro do Comitê de Remuneração e Sucessão da Companhia. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Energisa Tocantins, da Energisa Mato Grosso, da Energisa Mato Grosso do Sul e da Rede Energia Participações S.A.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: Ricardo Perez Botelho	Data de Nascimento: 28/06/1959	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 738.738.027-91	Profissão: Engenheiro Eletricista	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração		Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM		Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A		
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.		Número de mandatos consecutivos: 06		

Experiência profissional:

Graduação em Engenharia Eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro; Especialização em microeletrônica na Arizona State University, Tempe, AZ; e em 2014 concluiu o programa "Business School President's Program on Leadership" na Harvard University em Cambridge, MA. Experiência profissional: Foi Engenheiro Eletrônico da CFLCL, empresa atuante no setor elétrico, Engenheiro Eletrônico da GTE Laboratories, empresa atuante no setor de telecomunicações, Engenheiro Eletrônico da GTE Communications Products - Tempe, empresa atuante no setor de telecomunicações, em Arizona (EUA), Chefe de Equipe de Desenvolvimento da Micron Technology - Signal Processing Group, empresa atuante no setor de tecnologia, em Arizona (EUA), diretor técnico-industrial da Multitel Microeletrônica, empresa fabricante de componentes de microeletrônica, membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Nova América S.A., empresa atuante no setor têxtil, presidente do Conselho de Administração da Cat-Leo Cise

(atual Energisa Soluções) e presidente do conselho da Usina Termelétrica de Juiz de Fora, empresa atuante no setor de energia elétrica. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Sergipe, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema e da Energisa S.A. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Mato Grosso, da Energisa Mato Grosso do Sul, da Energisa Tocantins, da Empresa de Eletricidade do Vale Paranapanema S.A. e Rede Energia Participações S.A., todas atuante no setor de energia elétrica.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: Marcelio Marques Moreira	Data de Nascimento: 25/11/1931	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 006.953.867-00	Profissão: Bacharel em Direito	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração		Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM			Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.			Número de mandatos consecutivos: 06	

Experiência profissional:

Diplomata, Instituto Rio Branco, MRE, Rio de Janeiro - Dezembro 1954; Bacharel em Direito, Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, 1957; Master of Arts em Ciência Política pela Graduate School of Arts and Sciences da Universidade Georgetown, Washington D.C, USA - Março de 1963. Experiência profissional: Foi membro do Conselho de Administração do BNDES, Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração do Grupo Unibanco, Embaixador do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da América, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Assessor Especial da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, Consultor Internacional Senior da Merrill Lynch & Co. e membro dos Conselhos Consultivos da American Bank Note-Brasil, da Marsh & McLennan Companies e da Embratel. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo a função de conselheiro independente do Conselho de Administração da Companhia, da Energisa Minas Gerais, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema e da Energisa Sergipe. Além disso, o administrador é Presidente do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho	Data de Nascimento: 18/07/1946	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 832.328.697-34	Profissão: Economista	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração		Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM			Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.			Número de mandatos consecutivos: 06	

Experiência profissional:

Formado em economia pela Universidade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Experiência profissional: Foi Presidente da Shell do Brasil S.A., empresa atuante no setor de combustíveis, Presidente da Billiton Metais S.A., empresa atuante no setor de metais, Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de

Janeiro, Presidente da AT&T Brasil Ltda., empresa atuante no setor de telecomunicações, e membro do Conselho de Administração de Brazilian Fast Food Corporation, empresa atuante no setor de alimentação. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo a função de conselheiro independente do Conselho de Administração da Companhia, da Energisa Minas Gerais, da Energisa Paraíba, da Energisa Borborema e da Energisa Sergipe. Além disso, é membro independente do Comitê de Remuneração e Sucessão e de Auditoria e Riscos da Companhia

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: Marcelo Silveira da Rocha	Data de Nascimento: 17/12/1940	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 008.285.306-10	Profissão: Engenheiro Agrônomo	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração		Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM			Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.			Número de mandatos consecutivos: 01	

Experiência profissional:

Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Viçosa-MG. Atua no Grupo Energisa há aproximadamente 50 anos; atualmente é membro do Conselho de Administração da Energisa S/A, Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A, Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A, Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A, Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A. Ex-Diretor Presidente da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A., de 2014 a 2016. Ex-Diretor Presidente da Energisa Paraíba e da Energisa Borborema- de 2008 a 2014; ex-Diretor Presidente da Energisa Sergipe, de 1997 a 2008; ex-Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (atual Energisa Minas Gerais) - de 1977 a 1988; ex-membro do Conselho de Administração do ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico- de 1998 a 2004; ex-Vice Presidente da Associação Comercial de Sergipe, de 2001 a 2003.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: Andre La Saigne de Botton	Data de Nascimento: 16/03/1936	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 002.843.357-20	Profissão: Economista	Cargo Eletivo Ocupado: Titular do Conselho de Administração		Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM			Outros cargos e funções exercidas no emissor: N/A	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da Companhia			Número de mandatos consecutivos: ???	

Experiência profissional:

Graduação em Economia na Universidade Georgetown, Washington D.C, USA. Experiência profissional: Foi Presidente da ACV Comércio e Participações, Presidente da SPA do Brasil S.A., Presidente da Mesbla; membro dos Conselhos de Administração da NRF - National Retail Federation (New York), GAM (Global Asset Management) Emerging Markets Multi-Fund I e II (Londres), Makro Brasil - Atacadista, empresa atuante no setor de distribuição de alimentos, Supergasbras S.A. - Distribuidora de Gás, empresa atuante no setor de gás, Ceras Johnson do Brasil, empresa atuante no setor de produtos de limpeza, Propay Brasil, empresa

atuante no setor de terceirização de recursos humanos, Pronatura (Fundação para proteção da natureza e da vida selvagem), The Nature Conservancy (Brasil), Conservation Internacional Brasil, Fundação Santa Iñez, International Advisory Council of the Américas Society (New York) e Novo Horizonte. No Grupo Energisa já exerceu o cargo de membro do Comitê de Auditoria e Riscos e de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo o cargo de membro do Comitê de Remuneração e Sucessão da Companhia, membro suplente do Conselho de Administração da Companhia e membro independente titular do Conselho de Administração da Energisa Paraíba e da Energisa Borborema. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de membro independente titular do Conselho de Administração da Energisa Tocantins e da Energisa Mato Grosso.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome: Mauricio Perez Botelho	Data de Nascimento: 30/12/1960	Órgão da Administração: Conselho de Administração	Data de eleição: 27/04/2018	Prazo do Mandato: até 27/04/2020
CPF: 053.888.187-99	Profissão: Engenheiro Mecânico	Cargo Eletivo Ocupado: Suplente do Conselho de Administração		Data de Posse: 27/04/2018
Indicado pelo Controlador: SIM			Outros cargos e funções exercidas no emissor: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	
Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Conceito de Conselheiro Independente de acordo com Estatuto Social da controladora Energisa S.A.			Número de mandatos consecutivos: 06	

Experiência profissional:

Formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho e em Finanças pela Tutane University School of Business (New Orleans - USA), foi analista de Projetos da Dow Corning Corporation (Midland - USA), assistente financeiro do vice-presidente da American Express Bank (New York) e membro do Conselho de Administração da Companhia Industrial Cataguases. Iniciou sua carreira no Grupo Energisa em 1989. Durante os últimos cinco anos vem exercendo o cargo de conselheiro suplente da Energisa S.A., da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A., da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. e da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. Desde a aquisição do Grupo Rede em abril de 2014, exerce o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. e membro suplente do Conselho de Administração da Rede Energia Participações S.A., todas atuantes no setor de energia elétrica. O administrador é o vice-presidente financeiro do Grupo Energisa, exercendo o cargo de Diretor Financeiro das nove distribuidoras de energia elétrica controladas direta ou indiretamente pela Companhia (sendo, ainda, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das companhias abertas do Grupo Energisa), bem como exercendo o cargo de Diretor ou Administrador de todas as sociedades controladas direta ou indiretamente pela Energisa.

O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em:

- (i) qualquer condenação criminal;
- (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e
- (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Nome	Número de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse
CPF	Percentual de participação nas reuniões realizadas após a posse
IVAN MULLER BOTELHO 002.991.386-15	24 100%
RICARDO PEREZ BOTELHO 738.738.027-91	24 83,33%
MARCÍLIO MARQUES MOREIRA 006.953.867-00	24 100%
OMAR CARNEIRO DA CUNHA SOBRINHO 832.328.697-34	24 70,83%
ANDRE LA SAIGNE DE BOTTON 002.843.357-20	24 91,66%
MAURICIO PEREZ BOTELHO 738.738.107-00	24 54,16%
MARCELO SIVEIRA DA ROCHA 008.285.306-10	18 100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não possui comitês.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

A Companhia não possui comitês.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

O candidato Ivan Müller Botelho (Presidente do Conselho de Administração) é pai do Sr. Ricardo Perez Botelho, Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente do emissor.

O candidato Ivan Müller Botelho é pai do Sr. Maurício Perez Botelho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do emissor. O Sr. Maurício Perez Botelho também é o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das seguintes controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.; Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.

O candidato Ricardo Perez Botelho (Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia) é filho do Sr. Ivan Müller Botelho e irmão do Sr. Maurício Perez Botelho (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores).

Os Srs. Ricardo Perez Botelho e Maurício Perez Botelho também ocupam cargos na administração de sociedades controladas e controladoras do emissor.

12.10. Relações de subordinação:

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer sociedade controladora, direta ou indiretamente, pela Companhia.

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre o administrador ora indicado e qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.

3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO CAPÍTULO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) - PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia está baseada nas seguintes premissas:

Conselho de Administração

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.
- Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis, para o Presidente e Vice Presidente do Conselho.

Diretoria Estatutária

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.
- Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis.

Diretoria Não Estatutária

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.

b) Composição da Remuneração:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Diretoria Não Estatutária, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Risco da Companhia, Comitê de Remuneração e Sucessão, Comitê de Divulgação e Comitê de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro é composta pelos elementos abaixo descritos, os quais possuem os seguintes objetivos:

Conselho de Administração:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores. O mercado Hay é utilizado para o Presidente e Vice Presidente do Conselho. Demais Conselheiros são reajustados pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos. O pacote de benefícios atualmente é oferecido para o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa.

(b) Remuneração Variável:

Programa de Remuneração de Curto Prazo: Valor pago em função do cumprimento das metas de contratadas para curto prazo estabelecido por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay. Somente possui direito à Remuneração Variável de curto prazo o Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada oferecida para o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa e depósito FGTS.

(b) Remuneração Variável:

Programa de Remuneração de Curto Prazo: Valor pago em função do cumprimento das metas de contratadas para curto prazo estabelecido por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada

Diretoria Não Estatutária:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa e depósito FGTS.

(b) Remuneração Variável:

Programa de Remuneração de Curto Prazo: Valor pago em função do cumprimento das metas de contratadas para curto prazo estabelecido por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada

ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Orgão	Honorários	Benefícios diretos e indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios pos emprego	Total
Conselho de Administração	56%	0%	23%	18%	2%	100%
Diretoria Estatutária	22%	5%	53%	16%	4%	100%
Diretoria Não Estatutária	47%	5%	17%	25%	6%	100%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Orgão	Honorários	Benefícios diretos e indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios pos emprego	Total
Conselho de Administração	40%	0%	9%	49%	2%	100%
Diretoria Estatutária	36%	7%	8%	42%	7%	100%
Diretoria Não Estatutária	37%	12%	16%	30%	5%	100%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Orgão	Honorários	Benefícios diretos e indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios pos emprego	Total
Conselho de Administração	48%	0%	11%	39%	2%	100%
Diretoria Estatutária	40%	9%	9%	32%	10%	100%
Diretoria Não Estatutária	39%	30%	14%	12%	5%	100%

iii) Metodologia do cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração e dos integrantes da Diretoria Estatutária é definido em assembleia geral de acionistas da Companhia e tem como base pesquisa salarial realizada pela empresa de consultoria pela Korn Ferry HayGroup. A política da Companhia é pagar dentro da Mediana do Mercado Hay. Os demais integrantes do Conselho de Administração têm sua remuneração fixa reajustada pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento. O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração devida à Diretoria Não Estatutária segue os mesmos moldes da Diretoria Estatutária, só não ocorrendo aprovação da assembleia geral de acionista da Companhia.

O Mercado Hay 2017 contempla: 3787 executivos pesquisados em 318 empresas de vários portes e vários setores, 6 macro setores (Indústria de Base, Indústria Geral, Serviços, Infraestrutura (incluindo o setor de energia elétrica), Comércio/Varejo e Agronegócio).

A Hay disponibiliza várias equações para cálculo da remuneração dos executivos. Na companhia utilizamos as seguintes equações:

Equação do Salário Base: Salário nominal (base maio) anualizado de acordo com o número de salários pagos no ano. Equação utilizada para calcular a parcela fixa da remuneração dos administradores.

Equação do Total em Dinheiro: Salário Base acrescido dos incentivos de curtos prazos alvos (bônus, participação nos resultados, prêmios, entre outros) pagos no último exercício fiscal. Equação utilizada para calcular a parcela variável da remuneração dos administradores.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Os executivos da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades do cargo e nível de competitividade da Companhia.

v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Todos os membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia são remunerados Pela Companhia.

<p>c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:</p>
<p>Parcela Fixa da Remuneração: Não são utilizados indicadores de desempenho.</p> <p>Parcela da Remuneração Variável de Curto Prazo: Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação da parcela de Remuneração Variável de Curto Prazo estão alinhados com os objetivos da Companhia e contemplam todas as importantes dimensões de seus resultados, quais sejam, financeira, de clientes, processos internos, colaboradores e de melhoria contínua.</p> <p>Os principais indicadores utilizados para Remuneração Variável de Curto Prazo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> Despesas Controláveis Lucro Líquido Ajustado EBITDA Ajustado PDD + incobráveis Perdas Totais Inadimplência Pendente ISQP Estoque médio HE/HHT Projeção da base de remuneração
<p>d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:</p>
<p>Os valores da participação nos resultados são definidos de acordo com o desempenho de cada executivo. Este desempenho é medido por meio da metodologia de medição e gestão de desempenho <i>Balanced Scorecard</i> (“BSC”), sendo que para BSC = 100% paga-se a mediana do “mercado Hay”. Da mesma forma, para desempenhos inferiores, paga-se valor abaixo da mediana do “mercado Hay” e para desempenhos superiores, paga-se acima dessa mediana.</p>
<p>e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:</p>
<p>Através da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, conservar profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.</p>
<p>f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:</p>
<p>O Conselho de Administração a Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária possuem sua remuneração rateada entre as empresas do grupo. Para definição do rateio levou-se em consideração os serviços prestados por cada administrador respectivamente para cada empresa do grupo da Companhia. São rateados Salário, Benefícios Diretos e Indiretos e a Remuneração Variável. Para obtenção dos valores do rateio consultar o quadro 13.15.</p>
<p>g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle societário do emissor:</p>
<p>Em decorrência da compra ou alienação de controle societário, normalmente é pago, para os profissionais que atuaram diretamente na operação, um bônus definido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.</p> <p>No exercício de 2016 foi pago bônus referente a realização da oferta pública de distribuição primária de certificados de depósito de ações (“Units”) da Companhia.</p>
<p>h) Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração</p>

individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando:

- i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, indicando de que forma participam:

Participa do processo decisório o Comitê de Remuneração do Grupo Energisa que é composto por membros do Conselho de Administração, entre eles membros independentes. A diretoria de Gestão de Pessoas apresenta para o Comitê a sugestão de remuneração individual em função da pesquisa elaborada pela Hay. O Comitê delibera sua aprovação ou propõe ajustes que julgar necessários. Após a aprovação do Comitê de Remuneração o mesmo é apresentado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia para ser referendado.

- ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A remuneração individual é definida como base na pesquisa salarial realizada pela Korn Ferry HayGroup. A política da Companhia é pagar dentro da Mediana do Mercado Hay para o Presidente do Conselho e membros da Diretoria. Os demais integrantes do Conselho de Administração têm sua remuneração fixa reajustada pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento.

- iii. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

Anualmente com base no parecer do Comitê de Remuneração que é composto por membros do conselho, inclusive membro independente.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano: 2015

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	8,00	6,00	-	14,00
c. Número de Membros Remunerados	6,00	6,00	-	12,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	1.881.611,20	1.587.363,32		3.468.974,52
. Salário ou pró-labore	1.525.469,20	1.096.955,80		2.622.425,00
. Benefícios diretos e indiretos		234.307,96		234.307,96
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	356.142,00	256.099,56		612.241,56
ii. Remuneração Variável	1.236.005,75	870.435,74	0,00	2.106.441,49
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	1.236.005,75	870.435,74		2.106.441,49
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	72.198,07	287.037,36		359.235,43
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	3.189.815,02	2.744.836,42	0,00	5.934.651,44

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CVM/SEP 02/18.

(2) Detalhamento do calculo do numero de membros esta no item 13.16.

Ano: 2016

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7,58	6,00	-	13,58
c. Número de Membros Remunerados	6,00	6,00	-	12,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	2.062.255,18	1.597.195,34		3.659.450,52
. Salário ou pró-labore	1.679.132,36	1.130.626,78		2.809.759,14
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	209.345,63		209.345,63
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	383.122,82	257.222,93		640.345,75
ii. Remuneração Variável	2.038.809,03	1.356.856,87	0,00	3.395.665,91
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	2.038.809,03	1.356.856,87		3.395.665,91
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	80.630,95	220.341,13		300.972,08
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	4.181.695,16	3.174.393,34	0,00	7.356.088,51

Notas:

- (1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CVM/SEP 02/18.
(2) Detalhamento do calculo do numero de membros esta no item 13.16.

Ano: 2017

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7,00	6,00	-	13,00
c. Número de Membros Remunerados	6,00	6,00	-	12,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	1.349.026,99	3.903.700,73		5.252.727,72
. Salário ou pró-labore	958.686,88	1.096.764,20		2.055.451,08
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	240.039,90		240.039,90
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	390.340,11	2.566.896,63		2.957.236,74
ii. Remuneração Variável	310.221,63	788.940,92	0,00	1.099.162,55
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	310.221,63	788.940,92		1.099.162,55
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	38.710,56	186.147,30		224.857,86
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	1.697.959,18	4.878.788,95	0,00	6.576.748,13

Notas:

- (1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CVM/SEP 02/18.
(2) Detalhamento do calculo do numero de membros esta no item 13.16.

O valor realizado de 2017 (R\$ 6.576.748,13) representou 69% do valor limite aprovado para 2017 (R\$ 9.591.369,00).

O limite de remuneração abaixo a ser aprovado pela Assembleia, refere-se ao período de maio/18 a abril/2019.

Ano: 2018 (a ser aprovado em Assembléia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7,00	7,00	-	14,00
c. Número de Membros Remunerados	6,00	7,00	-	13,00
d. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	795.894,52	2.386.888,70		3.182.783,22
. Salário ou pró-labore	663.245,43	1.636.318,43		2.299.563,86
. Benefícios diretos e indiretos		292.401,11		292.401,11
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	132.649,09	458.169,16		590.818,25
ii. Remuneração Variável	649.950,18	2.508.153,18	0,00	3.158.103,36
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	649.950,18	2.508.153,18		3.158.103,36
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	66.324,54	163.631,84		229.956,38
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	1.512.169,24	5.058.673,72	0,00	6.570.842,96

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CVM/SEP 02/18

O Limite para aprovação (R\$ 6.570.842,96) corresponde a uma redução de 31% em relação ao limite anterior (R\$ 9.591.369,00), visando alinhar), visando alinhar com expectativa inflacionária e novo rateio de remuneração entre as empresas do grupo.

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano: 2015

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	8,00	6,00	-	14,00
c. Número de Membros Remunerados	2,00	6,00	-	8,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	234.154,16	393.331,59	-	627.485,75
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.170.770,82	1.966.657,95	-	3.137.428,76
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	936.616,65	1.573.326,36	-	2.509.943,01
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.236.005,75	870.435,74	-	2.106.441,49

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

Ano: 2016

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7,58	6,00	-	13,58
c. Número de Membros Remunerados	2,00	6,00	-	8,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	300.000,00	374.547,19	-	674.547,19
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.500.000,00	1.872.735,93	-	3.372.735,93
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	1.200.000,00	1.498.188,74	-	2.698.188,74
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	2.038.809,03	1.356.856,87	-	3.395.665,91

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

(2) O valor efetivamente reconhecido no resultado foi superior ao valor máximo previsto devido ao pagamento de participação adicional referente a realização da oferta pública de distribuição primária de certificados de depósito de ações ("Units") e provisionamento do bônus de Longo Prazo. Quando da elaboração dos limites de participação nos resultados ainda não estavam previstos estes, motivo pelo qual não foi orçado, todavia mesmo com este pagamento extra não houve estouro do limite global de remuneração previsto para o exercício.

Ano: 2017

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7,00	6,00	-	13,00
c. Número de Membros Remunerados	2,00	6,00	-	8,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	338.000,00	377.020,02	-	715.020,02
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.690.000,00	1.885.100,09	-	3.575.100,09
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	1.352.000,00	1.508.080,07	-	2.860.080,07
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	310.221,63	788.940,92	-	1.099.162,55

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

Ano: 2018 (a ser aprovado em Assembléia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	7,00	7,00	-	14,00
c. Número de Membros Remunerados	2,00	7,00	-	9,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
e. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	129.990,04	501.630,64	-	631.620,67
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	649.950,18	2.508.153,18	-	3.158.103,36
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	519.960,14	2.006.522,54	-	2.526.482,69

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: (a) termos e condições gerais; (b) principais objetivos do plano; (c) forma como o plano contribui para esses objetivos; (d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor; (e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; (f) número máximo de ações abrangidas; (g) número máximo de opções a serem outorgadas; (h) condições de aquisição de ações; (i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; (j) critérios para fixação do prazo de exercício; (k) forma de liquidação; (l) restrições à transferência das ações; (m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e (n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não aplicável.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	7,00	6,00
c. número de membros remunerados	1,00	4,00
d. Nome do Plano	Plano Energisa de Complementação de Aposentadoria	
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-
f. condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> . Ter no mínimo 55 anos de idade . Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora . Ter no mínimo 5 anos de vinculação ao plano . Término do vínculo empregatício com a patrocinadora . Estar elegível a um benefício de aposentadoria pela previdência oficial 	
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 498.502,79	R\$ 1.563.966,37
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 38.710,56	R\$ 143.268,80
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim, com as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> . Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora . Término do vínculo empregatício . O valor a ser resgatado referente a parte da patrocinadora é proporcional ao seu tempo de serviço 	

a)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	7,58	6
c. número de membros remunerados	-	1
d. Nome do Plano	CAIXA VIDA E PREVIDENCIA - PGBL	
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-
f. condições para se aposentar antecipadamente	Não se aplica	
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 185.219,00
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 42.878,50
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não se aplica	

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Conselho de Administração

Ano	Número de Membros Total	Número de Membros Remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2015	8,00	6,00	1.911.744,09	75.183,17	531.635,84
2016	7,58	6,00	2.906.238,55	107.940,81	696.949,19
2017	7,00	6,00	788.719,15	83.112,41	282.993,20

Nota:

(1) Para cálculo da menor remuneração foi considerado o Membro que recebeu honorários durante os 12 meses.

Diretoria Estatutária

Ano	Número de Membros Total	Número de Membros Remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2015	6,00	6,00	591.238,38	155.799,07	457.472,74
2016	6,00	6,00	682.930,49	177.595,10	529.065,56
2017	6,00	6,00	1.094.796,37	241.110,39	813.131,49

Nota:

(1) Para cálculo da menor remuneração foi considerado o Membro que recebeu honorários durante os 12 meses.

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2015	2016	2017
Conselho de Administração	60%	69%	43%
Diretoria Estatutária	18%	22%	21%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não ocorreu nenhum pagamento dessa natureza.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2017 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	351.981,43	315.654,47	0,00	667.635,91
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum	4.916.213,75	9.290.041,53	0,00	14.206.255,28

Exercício social 2016 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	351.981,43	315.654,47	0,00	667.635,91
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum	4.916.213,75	9.290.041,53	0,00	14.206.255,28

Exercício social 2015 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	328.466,60	244.980,29	0,00	573.446,89
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum	3.584.122,41	6.913.423,36	0,00	10.497.545,77

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Abaixo memória de cálculo do numero de Membros do Conselho e da Diretoria previsto no item 13.2

2015

Conselho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8,00
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

2016

Conselho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	8	8	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7	7,58
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

2017

Conselho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media
Numero Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Numero de Membros Remunerados	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO ARTIGO 14 E NO ANEXO 14, AMBOS DA IN CVM 481 /09 - PARA AUMENTO DE CAPITAL DA COMPANHIA MEDIANTE A CAPITALIZAÇÃO DO SALDO DA RESERVA DE CAPITAL “INCENTIVO FISCAL - REDUÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

Valor do aumento: R\$ 44.873.845,41

Novo capital social: R\$ 571.865.279,43

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

Mediante a capitalização do saldo da reserva de capital “incentivo fiscal - redução de imposto de renda”.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

Razões: Atendimento às obrigações exigidas pelo incentivo fiscal recebido da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Consequência jurídica: Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, para adequação ao valor do novo capital social.

Consequências econômicas: Nenhuma.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

Não aplicável

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

Não aplicável

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

a) Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas.

As ações da Companhia não têm Valor Nominal

b) Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal.

A capitalização será efetuada sem modificação do número de ações.

c) Em caso de distribuição de novas ações

Não aplicável

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição

Não aplicável

Segue a cópia do Estatuto Social consolidado com as alterações propostas em razão do aumento de capital mediante a capitalização de reservas:

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF n.º 09.095.183/0001- 40
NIRE: 2530000482-7

**ESTATUTO SOCIAL DA
ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**

**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, FILIAIS, OBJETO E DURAÇÃO**

Art. 1.º ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas leis vigentes e tem sua sede e foro na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Parágrafo único. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir e encerrar filiais, sucursais, agências de representação, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Art. 2.º A Companhia tem como fim precípuo a atuação no setor de distribuição de energia elétrica e poderá, com prévia anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL:

I - mediante participação em sociedade controlada ou coligada construir, participar, operar e manter centrais de geração de energia elétrica de qualquer tipo;

II - participar do capital de outras empresas, quaisquer que sejam seus objetivos sociais, bem como adquirir títulos do mercado de capitais;

III - ampliar suas atividades a todo e qualquer ramo que, direta ou indiretamente, tenha relação com seus objetivos sociais.

Art. 3.º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

Art. 4º O capital social é de R\$ 571.865.279,43 (quinhentos e setenta e um milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e quarenta e três reais), representado por 918.160 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal.

§ 1º As ações ordinárias serão nominativas.

§ 2º A Companhia poderá emitir ações preferenciais nominativas, com as seguintes características:

I - sem direito a voto;

II - prioridade no caso de reembolso do capital, sem prêmio;

§ 3º As ações preferenciais terão o direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A, com a redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

§ 4º As ações preferenciais sem direito de voto, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

§ 5º A transferência de propriedade das ações nominativas só poderá ser efetuada no escritório central da Companhia.

§ 6º O desdobramento de títulos múltiplos será efetuado a preço não superior ao custo.

Art. 5.º Observado que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, a Companhia fica desde já autorizada:

I - a aumentar o número das ações ordinárias sem guardar proporção com as ações preferenciais de qualquer classe então existente;

II - a aumentar o número das ações preferenciais de qualquer classe sem guardar proporção com as demais classes então existentes ou com as ações ordinárias;

III - a criar classes de ações preferenciais mais favorecidas ou não que as já existentes ou que vierem a existir.

Art. 6.º Independentemente de modificação estatutária, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, por subscrição, até o limite de 6.000.000 (seis milhões) de ações.

Art. 7.º Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberação sobre a emissão de ações, estabelecendo:

I - se o aumento será mediante subscrição pública ou particular;

II - as condições de integralização em moeda, bens ou direitos, o prazo e as prestações de integralização;

III - as características das ações a serem emitidas (quantidade, espécie, classe, forma, vantagens, restrições e direitos);

IV - o preço de emissão das ações.

Art. 8.º Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.

Art. 9.º Quando houver direito de preferência dos antigos acionistas, o prazo para seu exercício, se não se estipular outro maior, será de 30 (trinta) dias contados de um dos dois seguintes eventos que antes ocorrer:

I - primeira publicação da ata ou do extrato da ata que contiver a deliberação de aumento de capital;
ou

II - primeira publicação de específico aviso aos acionistas, quando este for feito pela administração.

Art. 10. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações de qualquer espécie, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, desde que a respectiva colocação seja feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública ou, ainda, mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Fica também excluído o direito de preferência para subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

Art. 11. Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia poderá passar a manter suas ações nominativas sob a forma escritural, em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira que designar, sem emissão de certificados.

Art. 12. O acionista que, nos prazos marcados, não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às ações por ele subscritas ou adquiridas ficará de pleno direito constituído em mora, independente de notificação ou de interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se ao pagamento dos juros de 1% (hum por cento) ao mês, da correção monetária e da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor daquelas prestações ou entradas.

CAPÍTULO III ASSEMBLÉIAS GERAIS DOS ACIONISTAS

Art. 13. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1.º A mesa da Assembleia Geral será composta de um presidente e um secretário, sendo aquele escolhido por aclamação ou eleição e este nomeado pelo presidente da Assembleia Geral, a quem compete dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões.

§ 2.º Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias Gerais, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 horas antes da reunião.

§ 3.º Quinze dias antes da data das Assembleias Gerais, ficarão suspensos os serviços de transferências, conversão, agrupamento e desdobramento de certificados.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Art. 14. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Art. 15. A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO I CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 16. O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) membros titulares e até 6 (seis) suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato por 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Findos, normalmente, os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

§ 1.º Cada suplente só poderá substituir os respectivos conselheiros titulares, admitindo-se a designação de um ou mais suplentes para um ou para vários titulares, servindo um suplente na falta de outro, tudo conforme expressa deliberação da Assembleia Geral em que ocorrer sua eleição.

§ 2.º Os conselheiros elegerão o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração na primeira reunião do órgão, após sua posse.

§ 3.º O conselheiro titular, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo respectivo suplente;

§ 4.º No caso de vacância do cargo de conselheiro titular, o respectivo suplente o substituirá até a posse de um novo conselheiro titular eleito pela Assembleia Geral para o cargo vacante.

§ 5.º No caso de vacância do cargo de Conselheiro, inexistindo suplente para o preenchimento de tal vaga, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral que vier a se realizar.

§ 6.º Admitir-se-á a existência de até 5 (cinco) vagas nos cargos de suplentes

Art. 17. Além das atribuições que lhe são conferidas por lei e por este Estatuto, compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II - eleger e destituir os diretores da Companhia;

III - fixar as atribuições dos diretores, observadas as normas deste Estatuto e as fixadas pelo próprio Conselho de Administração no regimento da Diretoria;

IV - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

V - convocar as Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias;

VI - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

VII - aprovar o orçamento anual da Companhia;

VIII - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores, observados, neste último caso os limites legais;

IX - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

X - autorizar a participação da Companhia em outras sociedades, em consórcios, "joint ventures", subsidiárias integrais, sociedades em conta de participação e em outras formas de associação e empreendimentos com terceiros, no país ou no exterior;

XI - autorizar a alienação das participações mencionadas na alínea imediatamente anterior, desde que exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria;

XII - definir, para a Diretoria, como serão exercidos os respectivos direitos que decorrem da posição de Companhia como sócia ou participante;

XIII - autorizar a prática de atos que tenham por objeto renunciar a direitos ou transigir, bem como a prestar fiança em processos fiscais, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XIV - autorizar a aquisição de ações da própria Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria, e, neste último caso, deliberar sobre sua eventual alienação;

XV - autorizar a prática de atos que importem na constituição de ônus reais ou na alienação referentes a bens do seu ativo permanente, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVI - autorizar a prática de quaisquer atos que importem em obrigação para a Companhia ou na liberação de terceiros de obrigações para com a mesma, observadas as normas e/ou limites fixados pelo próprio Conselho de Administração no regimento da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVII - autorizar a realização de contratos com os administradores, acionistas controladores ou com sociedade em que os administradores ou acionistas controladores tenham interesse, exceto com as sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

XVIII - deliberar sobre a outorga de opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;

XIX - deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, notas promissórias comerciais ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários autorizados pela legislação, observadas as formalidades legais;

XX - escolher e destituir os auditores independentes;

XXI - autorizar a assinatura de mútuo, nota ou outro instrumento de dívida, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais;

XXII - autorizar a prática de atos gratuitos, a concessão de fiança ou garantia a obrigação de terceiro ou a assunção de obrigação em benefício exclusivo de terceiros, por parte da Companhia, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais; e

XXIII - resolver sobre os casos omissos neste Estatuto.

Art. 18. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

§ 1.º As convocações serão feitas por seu Presidente, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

§ 2.º As reuniões do Conselho de Administração se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

§ 3.º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos conselheiros presentes.

§ 4.º Os conselheiros poderão se fazer representar por um de seus pares, munidos de poderes expressos, inclusive para votar, bem como participar das reuniões por vídeo ou teleconferência, desde que presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho de Administração por carta, fac-símile ou correio eletrônico antes do término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente do Conselho de Administração ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome desse conselheiro.

Art. 19. Além de suas atribuições como conselheiro, são atribuições específicas do presidente do Conselho de Administração:

I - convocar as reuniões ordinárias (ou fixar as datas em que periodicamente estas ocorrerão) e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho de Administração;

II - instalar e presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho de Administração;

III - comunicar à Diretoria, aos acionistas e à Assembléia Geral, quando for o caso, as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração;

IV - firmar as deliberações do Conselho de Administração que devam ser expressas em resoluções, para conhecimento ou cumprimento dos diretores e do próprio Conselho de Administração;

V - dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto.

Art. 20. Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante suas ausências ou impedimentos temporários. No caso de vaga, terá as atribuições do Presidente, até que outro seja eleito pela primeira Assembléia Geral que vier a se realizar.

SEÇÃO II DIRETORIA

Art. 21. A Diretoria será composta de até 7 (sete) membros, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato por 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Findos normalmente os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos diretores eleitos.

§ 1.º Admitir-se-á a existência de até 4 (quatro) cargos vagos na Diretoria, podendo o Conselho de Administração determinar o exercício cumulativo, por um, das atribuições de outro diretor.

§ 2.º No caso de vaga na Diretoria além das permitidas no § 1.º, o Conselho de Administração, no período de 30 (trinta) dias a contar da vacância, elegerá um novo diretor para completar o mandato do substituído.

§ 3.º O Conselho de Administração estabelecerá a composição da Diretoria, bem como fixará as atribuições de cada um de seus membros, nomeando dentre eles um diretor-presidente ao qual competirá, privativamente, representar a Companhia, em juízo, ativa ou passivamente, recebendo citação inicial.

§ 4.º O Conselho de Administração também designará, entre os diretores, aquele incumbido das funções de diretor de relações com o mercado, a quem caberá divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como cuidar do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado e com suas entidades reguladoras e fiscalizadoras.

§ 5.º Na ausência ou impedimento de qualquer dos diretores, suas atribuições serão exercidas pelo diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V CONSELHO CONSULTIVO

Art. 22. A Companhia poderá ter um Conselho Consultivo composto de até 6 (seis) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração e com mandato pelo prazo de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo único. O Conselho de Administração, ao eleger os membros do Conselho Consultivo, fixará os seus honorários.

Art. 23. Os conselheiros elegerão o presidente do Conselho Consultivo.

Art. 24. Competirá ao conselho consultivo, sempre reservadamente:

I - aconselhar a administração na orientação superior dos negócios sociais;

II - pronunciar-se sobre assuntos ou negócios da Companhia que lhe forem submetidos a exame; e

III - transmitir ao Conselho de Administração informações e dados técnicos, econômicos, industriais ou comerciais concernentes aos objetivos sociais da Companhia e das sociedades em que esta participar, apresentando sugestões e recomendações.

Art. 25. O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado por seu presidente ou pelo Conselho de Administração, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com a antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões do Conselho Consultivo se instalarão com a presença da maioria de seus membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Art. 26. A Companhia terá um conselho fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, o qual só entrará em funcionamento nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral que eleger os respectivos titulares, fixando-lhes a remuneração.

Art. 27. Os conselheiros fiscais terão as atribuições previstas em lei e, nos casos de ausência, impedimento ou vacância, serão substituídos pelos suplentes.

§ 1.º Para que o Conselho Fiscal possa funcionar, será necessária a presença da maioria de seus membros.

§ 2.º Caberá ao Conselho Fiscal eleger o seu presidente na primeira sessão realizada após sua instalação.

CAPÍTULO VII EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 28. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 29. As demonstrações financeiras e a destinação dos resultados obedecerão às prescrições legais e às deste Estatuto.

Parágrafo único. A Companhia levantará balanços semestrais, podendo fazê-lo também, a critério da administração, trimestralmente ou em períodos menores.

Art. 30. Satisfeitos os requisitos e limites legais, os administradores da Companhia terão direito a uma participação de até 10% (dez por cento) sobre os resultados do período, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O Conselho de Administração decidirá sobre a distribuição desta quota entre conselheiros e diretores.

Art. 31. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal de que trata o art. 193, da Lei nº 6.404/76.

Art. 32. A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

Art. 33. Poderão ser pagos ou creditados, pela Companhia, juros sobre o capital próprio, imputando-se o respectivo valor ao dos dividendos obrigatórios previstos no art. 32 supra, de acordo com a Lei n.º 9.249/95 e suas modificações havidas ou que venham a ocorrer.

CAPÍTULO VIII DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 34. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção, nos casos previstos em lei. Durante o período de liquidação será mantido o Conselho de Administração, competindo-lhe nomear o liquidante.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. Os casos omissos serão regulados de acordo com a legislação das sociedades anônimas, observada também a legislação pertinente às empresas concessionárias de energia elétrica.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÃO ESPECÍFICA

Art. 36. O acionista controlador da companhia, nos termos do Contrato de Distribuição de Energia Elétrica entre a companhia e a União, obriga-se a não transferir, ceder ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente as ações que fazem parte do controle acionário da companhia sem prévia concordância do Poder Concedente.

5. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES, ELABORADOS DE ACORDO COM O ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

10.1 Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foi de 1,40. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esses índices foram de 1,00 e 1,30, respectivamente.

A Dívida Líquida consolidada em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 509,3 milhões e dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram de R\$ 478,1 milhões e R\$ 569,3 milhões, respectivamente. A Energisa Paraíba encerrou o exercício de 2017 com um caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 277,1 milhões, contra R\$ 187,5 milhões em dezembro de 2016 e R\$ 258,0 milhões em 2015.

A Companhia apresentou em 2017 um lucro líquido de R\$ 232,6 milhões, contra R\$ 163,9 milhões em 2016, um aumento de 41,9%. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido registrado foi de R\$ 107,0 milhões.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, os EBITDAs Ajustados foram de R\$ 352,2 milhões, R\$ 349,7 milhões, R\$ 361,2 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, a relação “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado”, considerando o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, foi de 1,4 vezes. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esses índices foram de 1,4 vezes e 1,6 vezes, respectivamente.

b) Estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre Patrimônio Líquido apresenta conservadores níveis de alavancagem.

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido mais dívida líquida apresenta conservadores níveis de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 essa relação era de 38,0%, 39,1% e 45,0%, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital tem se situado em níveis adequados.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 832,0 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 509,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 745,6 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 478,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 694,8 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 569,3 milhões.

i) hipóteses de resgate;

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 277,1 milhões, contra R\$ 187,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 258,0 milhões.

Em 2017 o Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais foi de R\$ 263,9 milhões, contra R\$ 348,1 milhões em 2016, R\$ 336,7 milhões em 2015.

A Dívida Líquida ao final dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 eram de R\$ 509,3 milhões, R\$ 478,1 milhões e R\$ 569,3 milhões, respectivamente.

A relação entre o endividamento líquido da Companhia e a geração de caixa foi de 1,4 vezes em 2017, contra 1,4 vezes em 2016 e 1,6 vezes em 2015.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas e e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Posição em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores em R\$ mil):

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

	2017	2016
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	259.859	257.800
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	361.253	458.789
Encargos de dívidas - moeda nacional	5.633	1.423
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	1.459	2.155
(-) Custos a amortizar - moeda nacional	(1.119)	(1.507)
Marcação a mercado de dívidas	3.519	6.558
Total	630.604	725.218
Circulante	192.439	249.960
Não Circulante	438.165	475.258

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (6)	Garantias (*)
	2017	2016					
FIDC Grupo Energisa III	61.362	61.722	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	10,64%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB (5)	-	5.100	7,80% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	7,80%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	-	29.271	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	11,12%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB (5)	-	1.215	8,10% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	8,10%	F + E
Repasse BNDES FINEM - Itaú (4)	14.923	21.118	TJLP + 2,90% a 4,00% a.a.	dez/23	Mensal	11, 10,0 2% a %	A
Repasse BNDES - BNB (7)	-	17.716	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan/19	Mensal	11, 10,5 2% a %	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	34.884	33.075	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11, 11,0 8% a %	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	9.441	8.952	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11, 11,0 8% a %	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	7.205	6.831	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11, 11,0 8% a %	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	25.941	26.574	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	7.021	7.192	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	5.358	5.488	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
FINAME - Itaú	25.283	30.429	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	10, 2,50 % a %	A
Parcelamento FUNASA	4.192	4.540	IPCA + 5,94	dez/29	Mensal	8,89%	-
Nota Promissória SAFRA 1º Série(4)	6.988	-	CDI+ 1,65%	abr/18	Final	11,59%	A
Nota Promissória SAFRA 2º Série(4)	62.894	-	CDI + 1,65%	abr/19	Final	11,59%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.119)	(1.507)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	264.373	257.716					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1 e 4)	184.890	198.130	3,49% a 3,80% a.a. (Pré)	jun/20	Anual	4,99 % a 5,3 0%	A
Resolução 4131 - Citibank (1 e 4)	73.779	160.347	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Anual	4,57 % a 4,9 6%	A
Resolução 4131 - Bank of América ML (1 e 4)	104.043	102.467	Libor + 2,25% a.a.	set/19	Final	5,05%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.519	6.558	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	366.231	467.502					
Total	630.604	725.218					

A = Aval Energisa S.A., E= Fundo de reserva, F=Recebíveis.

- (1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 28).
- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 28).
- (3) A controladora Energisa S.A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$97.496, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança

Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até dezembro de 2017 foram liberados R\$96.970, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados à expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (5) Considera bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.
- (6) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.
- (7) A Companhia liquidou antecipadamente seus empréstimos junto ao Banco do Nordeste em outubro/2017.
- (*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$5.935 (R\$34.351 em 31 de dezembro de 2016), registrados na rubrica, “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	2017	2016
US\$ x R\$	1,50%	-16,54%
TJLP	7,12%	7,50%
SELIC	9,85%	14,02%
CDI	9,94%	14,00%
IPCA	2,95%	6,29%
LIBOR	1,30%	0,67%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

R\$ mil	2017
2019	266.904
2020	136.666
2021	25.557
2022	4.295
Após 2022	4.743
Total	438.165

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Contratos	2018	2019	2020 em diante	Total 2017	Total 2016
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	97	97	97	291	258
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	-	-	-	-	55
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	-	-	-	-	16
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	-	-	-	-	387
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	161	161	308	630	791
Nota Promissória SAFRA Primeira Série	8	-	-	8	-
Nota Promissória SAFRA Segunda Série	152	38	-	190	-
	418	296	405	1.119	1.507

Debêntures

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionados são:

	2017
Emissão de debêntures - moeda nacional	191.856
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(2.398)
Total	189.458
Circulante	2.073
Não Circulante	187.385

Operações	Total		Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros
	2017	Emissão					
Debêntures 2ª Emis 1ª Série	15.764	19/07/2017	15.173 / 15.173	IPCA + 5,60% a.a	jun/22	Final	8,55%
Debêntures 2ª Emis 2ª Série	14.152	19/07/2017	13.618 / 13.618	IPCA + 5,660%a.a	jun/24	Final	8,61%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	4.092	31/10/2017	11.635 / 11.635	IPCA+4,4885 % a.a	out / 22	Final	7,44%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	143.862	31/10/2017	2.169 / 2.169	IPCA+4,7110 % a.a	out / 24	Final	7,66%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	11.788	31/10/2017	4.035 / 4.035	IPCA+5,1074 % a.a	out / 27	Final	8,06%
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	2.198	31/10/2017	142.161 / 142.161	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	10,71%
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(2.398)						
Total	189.458						

Em 19 de julho de 2017 a Companhia efetuou a 2ª emissão de Debêntures em moeda corrente, que foi na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Serie. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado é de R\$29.916.

Em 31 de outubro de 2017 a EPB fez a 3ª emissão de Debêntures de 1ª série incentivada com vencimento em 15/10/2022 e remuneração de IPCA mais 4,4885% ao ano, 2ª série com vencimento em 15/10/2024 e remuneração de IPCA mais 4,7110% ao ano, 3ª série com vencimento em 15/10/2027 e remuneração de IPCA mais 5,1074% ao ano e 4ª série com vencimento em 15/10/2022 e remuneração de 107,75% CDI .Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado é de R\$161.940.

Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

A totalidade da emissão das debêntures foram totalmente adquiridas pela controladora Energisa.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essa garantia é estruturada a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final (Energisa S/A). O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 28). Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2017
2019	-
2020	46.443
2021	46.915
2022	74.112
Após 2022	19.915
Total	187.385

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Contratos	2018	2019	2020 em diante	Total
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	118	118	295	531
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	75	75	339	489
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	20	20	56	96
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	10	14
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4	4	33	41
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	259	253	715	1.227
Total	478	472	1.448	2.398

Posição em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores em R\$ mil):

O saldo dos empréstimos e financiamentos em 2016, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	257.800	321.025
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	458.789	532.997
Encargos de dívidas - moeda nacional	1.423	1.421
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.155	2.221
(-) Custos a amortizar	(1.507)	(1.164)
(-) Marcação a mercado de dívidas	6.558	(4.818)
Total	725.218	851.682
Circulante	249.960	196.427
Não Circulante	475.258	655.255

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (6)	Garantias (1)
	2016	2015					
Energisa Paraíba							
FIDIC Grupo Energisa III	61.722	61.712	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	14,70%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	-	6.625	5,00% a.a. (Pré)	mar/22	Mensal	5,00%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	-	1.552	5,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	5,00%	F
Devolução LPT - Eletrobrás	-	28.809	SELIC	mar/16	Mensal	14,02%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	5.100	14.282	7,80% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	7,80%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	29.271	40.706	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	11,50%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	1.215	3.644	8,10% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal	8,10%	F + E
Repasse BNDES FINEM - Itaú ⁽⁴⁾	21.118	27.320	TJLP + 3,50% a 8,90% a.a.	dez/23	Mensal	11,00% a 16,40%	A
Repasse BNDES - BNB	17.716	25.256	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan/19	Mensal	10,90% a 11,90%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	33.075	28.682	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	8.952	7.763	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	6.831	5.924	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	26.574	20.309	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	7.192	5.497	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	5.488	4.194	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
FINAME - Itaú	30.429	35.282	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	ago/23	Mensal	2,50% a 10,00%	A
Parcelamento FUNASA	4.540	4.889	IPCA	dez/29	Mensal	6,29%	-
(-) Custo de captação incorridos na contratação	(1.507)	(1.164)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	257.716	321.282					
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	198.130	237.036	3,49% a.a. (Pré)	abr/18	Anual	-13,05%	A
Resolução 4131 - Citibank ^(1 e 4)	160.347	258.875	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Anual	14,10% a -13,71%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML ^(1 e 4)	102.467	39.307	Libor + 2,25% a. a.	out/16	Final	-13,62%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	6.558	(4.818)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	467.502	530.400					
Total Energisa Paraíba	725.218	851.682					

A = Aval Energisa S.A., E= Fundo de reserva, F=Recebíveis.

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$34.351 (R\$32.946 em 2015), registrados na rubrica, “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo circulante.

- (1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos.
- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 27).
- (3) A controladora Energisa S.A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$97.496, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até dezembro de 2016 foram liberados R\$82.903, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados à expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (5) Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.
- (6) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2016	2015
US\$ x R\$	-16,54%	47,01%
TJLP	7,50%	7,00%
SELIC	14,02%	13,32%
CDI	14,00%	13,24%
IPCA	6,29%	10,67%
LIBOR	0,67%	0,29%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2016
2018	193.199
2019	205.670
2020	45.499
2021	21.847
Após 2021	9.043
Total	475.258

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2017	2018	2019 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	102	102	54	258
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	55	-	-	55
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	16	-	-	16
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	97	97	193	387
Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BNDES	161	161	469	791
	431	360	716	1.507

Em 31 de dezembro de 2015 (valores em R\$ mil):

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes á eles relacionados, são como se segue:

	2015	2014
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	321.025	311.458
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	532.997	311.246
Encargos de dívidas - moeda nacional	1.421	1.508
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.221	2.012
(-) Custos a amortizar	(1.164)	(1.392)
(-) Marcação a mercado de dívidas	(4.818)	-
Total	851.682	624.832
Circulante	196.427	141.504
Não Circulante	655.255	483.328

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros)	Garantias
	2015	2014					
FIDIC Grupo Energisa III (*)	61.712	61.591	CDI + 0,70% a.a.	dez-20	Mensal	13,94%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	6.625	10.713	5,00% a.a. (Pré)	mar-22	Mensal	5,00%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	1.552	5.830	5,00% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	5,00%	F
Devolução LPT - Eletrobrás	28.809	13.646	SELIC	mar-16	Mensal	13,32%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	14.282	23.773	7,80% a.a. (Pré) TJLP + 4,00%	jun-17	Mensal	7,80%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	40.706	48.019	a.a.	jun-17	Mensal	11,00%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	3.644	6.071	8,10% a.a. (Pré)	jun-19	Mensal	8,10%	F + E
Repasse BNDES FINEM - Itaú ⁽⁴⁾	27.320	33.715	TJLP + 3,50% a 8,90% a.a.	dez-23	Mensal	10,50% a 15,90%	A
Repasse BNDES - BNB	25.256	32.793	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan-19	Mensal	10,40% a 11,40%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	28.682	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	7.763	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	5.924	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES - Citibank ⁽³⁾	20.309	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	5.497	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	4.194	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
FINAME - Itaú	35.282	36.546	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	ago-23	Mensal	2,5% a 10%	A
Parcelamento FUNASA	4.889	-	IPCA	dez-29	Mensal	6,97% a 10,67%	-
CCB - Itaú	-	40.269	-	-	-	-	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.164)	(1.392)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	321.282	311.574					
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	-	45.511	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itaú BBA ⁽¹⁾	237.036	161.438	3,49% a.a. (Pré) Libor + 1,90%	abr-18	Anual	50,50%	A
Resolução 4131 -Citibank ^(1 e 4)	258.875	106.309	a.a.	mai-19	Anual	49,20%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML ^(1 e 4)	39.307	-	Libor + 2,5% a.a.	out-16	Final	49,80%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(4.818)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	530.400	313.258					
Total	851.682	624.832					

A = Aval Energisa S.A., E= Fundo de reserva, F=Recebíveis.

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$32.946 (R\$28.990 em 2014), registrados na rubrica, "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante.

- (1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 27).
- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 27).
- (3) A controladora Energisa S.A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$97.496, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até dezembro de 2015 foram liberados R\$72.299, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

- (4) O contrato possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 27). Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.
- (5) Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2015	2014
US\$ x R\$	47,01%	13,39%
TJLP	7,00%	5,00%
SELIC	13,32%	10,90%
CDI	13,24%	10,81%
LIBOR	0,29%	0,23%
IPCA	10,67%	6,41%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2017	271.654
2018	211.405
2019	100.427
2020	43.756
Após 2020	28.013
Total	655.255

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2015	2014
Saldos em 2015 e 2014	624.832	531.735
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	223.144	104.328
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	211.220	69.846
Marcação a Mercado das Dívidas	(4.818)	-
Pagamento de principal	(159.951)	(50.516)
Pagamento de juros	(42.745)	(30.561)
Saldos em 2015 e 2014	851.682	624.832
Circulante	196.427	141.504
Não circulante	655.255	483.328

Em 15 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou o resgate da totalidade das debentures de 1ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$80.213 de principal, R\$8.962 de juros e reconhecimento de encargos financeiros no montante de R\$9.146.

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2016	2017	2018 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	97	97	291	485
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	110	55	-	165
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	28	14	-	42
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	104	104	156	364
Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BNDES	18	18	72	108
	357	288	519	1.164

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em dezembro de 2017, não existia valor contratado ainda liberado para a Companhia.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Receita operacional líquida	1.650.759	100,0	1.580.565	100,0	4,4
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.271.467)	(77,0)	(1.192.440)	(75,4)	6,6
Lucro bruto	379.292	23,0	388.125	24,6	(2,3)
Despesas gerais e administrativas	(130.204)	(7,9)	(139.931)	(8,9)	(7,0)
Outras receitas	14.565	0,9	14.031	0,9	3,8
Outras despesas	(21.258)	(1,3)	(9.969)	(0,6)	113,2
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	242.395	14,7	252.256	16,0	(3,9)
Receitas financeiras	71.097	4,3	79.768	5,0	(10,9)
Despesas financeiras	(79.090)	(4,8)	(86.829)	(5,5)	(8,9)
Despesas financeiras líquidas	(7.993)	(0,5)	(7.061)	(0,4)	13,2
Lucro antes dos impostos	234.402	14,2	245.195	15,5	(4,4)
Imposto de renda e contribuição social corrente	10.987	0,7	(10.734)	(0,7)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(12.819)	(0,8)	(70.597)	(4,5)	(81,8)
Lucro líquido do exercício	232.570	14,1	163.864	10,4	41,9

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	141.488	6,3	115.225	5,6	22,8
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	129.675	5,8	41.233	2,0	214,5
Consumidores e concessionárias	282.778	13,0	238.975	11,6	18,3
Estoques	4.391	-	6.028	0,3	(27,2)
Tributos a recuperar	57.277	2,6	55.400	2,7	3,4
Instrumentos financeiros derivativos	39.949	2,0	42.670	2,1	(6,4)
Despesas pagas antecipadamente	3.703	0,2	4.090	0,2	(9,5)
Ativo financeiro setorial	74.996	3,0	82.095	4,0	(8,6)
Outros créditos	53.635	2,0	46.055	2,2	16,5
Total do circulante	787.892	35,0	631.771	30,7	24,7
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.935	0,3	30.997	1,5	(80,9)
Consumidores e concessionárias	42.995	2,0	31.532	1,5	36,4
Tributos a recuperar	11.033	1,0	17.450	0,8	(36,8)
Créditos tributários	85.583	4,0	94.532	4,6	(9,5)
Cauções e depósitos vinculados	21.247	1,0	24.828	1,2	(14,4)
Instrumentos financeiros derivativos	14.443	1,0	55.442	2,7	(73,9)
Ativo financeiro setorial	76.443	3,0	44.525	2,2	71,7
Contas a receber da concessão	464.587	21,0	425.000	20,6	9,3
Outros créditos	2.525	-	2.464	0,1	2,5
	724.791	33,0	726.770	35,3	(0,3)
Investimentos	95	-	100	-	(5,0)
Imobilizado	10.054	1,0	11.238	0,5	(10,5)
Intangível	709.812	32,0	690.064	33,5	2,9
Total do não circulante	1.444.752	65,0	1.428.172	69,3	1,2
Total do ativo	2.232.644	100,0	2.059.943	100,0	8,4

	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	166.836	7,5	133.590	6,5	24,9
Encargos de dívidas	7.092	-	3.578	0,2	98,2
Empréstimos e financiamentos	185.347	8,0	246.382	12,0	(25,0)
Debêntures	2.073	-	-	-	-
Impostos e contribuições sociais	66.874	3,0	63.188	3,1	6,0
Encargos setoriais	24.591	1,0	33.300	1,6	(26,0)
Obrigações estimadas	8.867	-	8.952	0,4	(1,0)
Passivo financeiro setorial	42.209	2,0	77.040	3,7	(45,0)
Instrumentos financeiros derivativos	7.852	-	14.531	0,7	(46,0)
Contribuição de iluminação pública	9.205	-	8.574	0,4	7,0
Benefícios pós emprego	9.680	-	19.868	1,0	(51,0)
Outras contas a pagar	31.921	1,0	20.462	1,0	56,0
Total do circulante	562.547	25,0	629.465	30,6	(11,0)
Não circulante					
Fornecedores	2.646	-	2.646	0,1	-
Empréstimos e financiamentos	438.165	20,0	475.258	23,1	(8,0)
Debêntures	187.385	8,0	-	-	-
Impostos e contribuições sociais	13.754	1,0	66.699	3,2	(79,0)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	36.705	2,0	50.042	2,4	(27,0)
Instrumentos financeiros derivativos	54	-	156	-	(65,4)
Encargos setoriais	15.002	0,7	13.017	0,6	15,0
Passivo financeiro setorial	44.419	2,0	9.355	0,5	375,0
Benefícios pós emprego	98.074	4,0	66.611	3,2	47,0
Outros	1.864	-	1.090	0,1	71,0
Total do não circulante	838.068	38,0	684.874	33,2	22,0
Patrimônio líquido					
Capital social	526.992	24,0	526.992	25,6	-
Reservas de capital	97.002	4,0	97.002	4,7	-
Reservas de lucros	138.046	6,0	93.172	4,5	48,0
Dividendos adicionais propostos	107.383	5,0	58.319	2,8	84,0
Outros resultados abrangentes	(37.394)	(2,0)	(29.881)	(1,5)	25,0
Total do patrimônio líquido	832.029	37,0	745.604	36,2	12,0
Total do passivo e patrimônio líquido	2.232.644	100,0	2.059.943	100,0	8,0

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

	2016	AV %	2015 (Reapresentado)	AV %	AH %
Receita operacional líquida	1.580.565	100,0	1.491.008	100,0	6,0
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.192.440)	(75,4)	(1.084.925)	(72,8)	9,9
Lucro bruto	388.125	24,6	406.083	27,2	(4,4)
Despesas gerais e administrativas	(139.931)	(8,9)	(131.067)	(8,8)	6,8
Outras receitas	14.031	0,9	3.281	0,2	327,6
Outras despesas	(9.969)	(0,6)	(8.282)	(0,6)	20,4
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	252.256	16,0	270.015	18,1	(6,6)
Receitas financeiras	79.768	5,0	52.484	3,5	52,0
Despesas financeiras	(86.829)	(5,5)	(222.816)	(14,9)	(61,0)
Despesas financeiras líquidas	(7.061)	(0,4)	(170.332)	(11,4)	(95,9)
Lucro antes dos impostos	245.195	15,5	99.683	6,7	146,0
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10.734)	(0,7)	(30.364)	(2,0)	(64,6)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(70.597)	(4,5)	37.645	2,5	-
Lucro líquido do exercício	163.864	10,4	106.964	7,2	53,2

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016	AV %	2015	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	115.225	5,6	115.287	5,3	(0,1)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	41.233	2,0	109.737	5,1	(62,4)
Consumidores e concessionárias	238.975	11,6	276.383	12,8	(13,5)
Estoques	6.028	0,3	5.756	0,3	4,7
Tributos a recuperar	55.400	2,7	47.998	2,2	15,4
Instrumentos financeiros derivativos	42.670	2,1	14.799	0,7	188,3
Despesas pagas antecipadamente	4.090	0,2	3.973	0,2	2,9
Ativo financeiro setorial	82.095	4,0	136.602	6,3	(39,9)
Outros créditos	46.055	2,2	46.580	2,2	(1,1)
Total do circulante	631.771	30,7	757.115	35,1	(16,6)
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	30.997	1,5	32.946	1,5	(5,9)
Consumidores e concessionárias	31.532	1,5	10.622	0,5	196,9
Tributos a recuperar	17.450	0,8	19.002	0,9	(8,2)
Créditos tributários	94.532	4,6	164.266	7,6	(42,5)
Cauções e depósitos vinculados	24.828	1,2	26.612	1,2	(6,7)
Instrumentos financeiros derivativos	55.442	2,7	69.831	3,2	(20,6)
Ativo financeiro setorial	44.525	2,2	21.310	1,0	108,9
Contas a receber da concessão	425.000	20,6	349.759	16,2	21,5
Outros créditos	2.464	0,1	15.360	0,7	(84,0)
	726.770	35,3	709.708	32,9	2,4
Investimentos	100	0,0	88	0,0	13,6
Imobilizado	11.238	0,5	10.973	0,5	2,4
Intangível	690.064	33,5	678.546	31,5	1,7
Total do não circulante	1.428.172	69,3	1.399.315	64,9	2,1
Total do ativo	2.059.943	100,0	2.156.430	100,0	(4,5)

	2016	AV %	2015	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	133.590	6,5	115.093	5,3	16,1
Encargos de dívidas	3.578	0,2	3.642	0,2	(1,8)
Empréstimos e financiamentos	246.382	12,0	192.785	8,9	27,8
Tributos e contribuições sociais	63.188	3,1	65.034	3,0	(2,8)
Encargos setoriais	33.300	1,6	33.295	1,5	-
Obrigações estimadas	8.952	0,4	9.358	0,4	(4,3)
Passivo financeiro setorial	77.040	3,7	106.827	5,0	(27,9)
Instrumentos financeiros derivativos	14.531	0,7	19.213	0,9	(24,4)
Taxa de iluminação pública arrecadada	8.574	0,4	7.359	0,3	16,5
Benefícios a empregados	19.868	1,0	10.620	0,5	87,1
Outras contas a pagar	20.462	1,0	20.698	1,0	(1,1)
Total do circulante	629.465	30,6	583.924	27,1	7,8
Não circulante					
Fornecedores	2.646	0,1	2.646	0,1	-
Empréstimos e financiamentos	475.258	23,1	655.255	30,4	(27,5)
Tributos e contribuições sociais	66.699	3,2	41.431	1,9	61,0
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	50.042	2,4	53.391	2,5	(6,3)
Instrumentos financeiros derivativos	156	0,0	-	-	-
Encargos setoriais	13.017	0,6	12.071	0,6	7,8
Passivo financeiro setorial	9.355	0,5	43.710	2,0	(78,6)
Benefícios a empregados	66.611	3,2	67.199	3,1	(0,9)
Outros	1.090	0,1	1.996	0,1	(45,4)
Total do não circulante	684.874	33,2	877.699	40,7	(22,0)
Patrimônio líquido					
Capital social	526.992	25,6	487.457	22,6	8,1
Reservas de capital	97.002	4,7	97.002	4,5	-
Reservas de lucros	93.172	4,5	124.514	5,8	(25,2)
Dividendos adicionais propostos	58.319	2,8	14.040	0,7	315,4
Outros resultados abrangentes	(29.881)	(1,5)	(28.206)	(1,3)	5,9
Total do patrimônio líquido	745.604	36,2	694.807	32,2	7,3
Total do passivo e patrimônio líquido	2.059.943	100,0	2.156.430	100,0	(4,5)

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Principais alterações nas contas de resultado

	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Receita operacional líquida	1.469.355	100,0	1.299.392	100,0	13,1
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.084.925)	(73,8)	(986.398)	(75,9)	10,0
Lucro bruto	384.430	26,2	312.994	24,1	22,8
Despesas gerais e administrativas	(131.067)	(8,9)	(128.996)	(9,9)	1,6
Outras receitas	3.281	0,2	7.354	0,6	(55,4)
Outras despesas	(8.282)	(0,6)	(14.917)	(1,1)	(44,5)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	248.362	16,9	176.435	13,6	40,8
Receitas financeiras	74.137	5,0	46.471	3,6	59,5
Despesas financeiras	(222.816)	(15,2)	(84.060)	(6,5)	165,1
Despesas financeiras líquidas	(148.679)	(10,1)	(37.589)	(2,9)	295,5
Lucro antes dos impostos	99.683	6,8	138.846	10,7	(28,2)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(30.364)	(2,1)	(20.426)	(1,6)	48,7
Imposto de renda e contribuição social diferido	37.645	2,6	944	0,1	3.887,8
Lucro líquido do exercício	106.964	7,3	119.364	9,2	(10,4)

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	115.287	5,3	45.979	2,6	150,7
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	109.737	5,1	8.731	0,5	1.156,9
Consumidores e concessionárias	276.383	12,8	202.126	11,3	36,7
Estoques	5.756	0,3	4.651	0,3	23,8
Impostos a recuperar	47.998	2,2	47.855	2,7	0,3
Instrumentos financeiros derivativos	14.799	0,7	8.901	0,5	66,3
Despesas pagas antecipadamente	3.973	0,2	914	0,1	334,7
Ativo financeiro setorial	136.602	6,3	97.466	5,4	40,2
Outros créditos	46.580	2,2	61.566	3,4	(24,3)
Total do circulante	757.115	35,1	478.189	26,6	58,3
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	32.946	1,5	28.990	1,6	13,6
Consumidores e concessionárias	10.622	0,5	19.835	1,1	(46,4)
Impostos a recuperar	19.002	0,9	27.705	1,5	(31,4)
Créditos tributários	164.266	7,6	126.621	7,1	29,7
Cauções e depósitos vinculados	26.612	1,2	23.334	1,3	14,0
Instrumentos financeiros derivativos	69.831	3,2	39.484	2,2	76,9
Ativo financeiro setorial	21.310	1,0	91.878	5,1	(76,8)
Contas a receber da concessão	349.759	16,2	276.224	15,4	26,6
Outros créditos	15.360	0,7	1.504	0,1	921,3
	709.708	32,9	635.575	35,4	11,7
Investimentos	88	0,0	110	0,0	(20,0)
Imobilizado	10.973	0,5	12.410	0,7	(11,6)
Intangível	678.546	31,5	668.384	37,2	1,5
Total do não circulante	1.399.315	64,9	1.316.479	73,4	6,3
Total do ativo	2.156.430	100,0	1.794.668	100,0	20,2

	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	115.093	5,3	117.345	6,5	(1,9)
Encargos de dívidas	3.642	0,2	3.182	0,2	14,5
Empréstimos e financiamentos	192.785	8,9	138.322	7,7	39,4
Folha de pagamento	4.553	0,2	1.992	0,1	128,6
Tributos e contribuições sociais	65.034	3,0	67.297	3,7	(3,4)
Obrigações estimadas	9.358	0,4	8.100	0,5	15,5
Taxa de iluminação pública arrecadada	7.359	0,3	5.057	0,3	45,5
Benefícios a empregados - plano de pensão	10.620	0,5	10.847	0,6	(2,1)
Encargos setoriais	33.295	1,5	15.257	0,9	118,2
Instrumentos financeiros derivativos	19.213	0,9	-	-	-
Passivo financeiro setorial	106.827	5,0	39.891	2,2	167,8
Outras contas a pagar	16.145	0,7	14.240	0,8	13,4
Total do circulante	583.924	27,1	421.530	23,5	38,5
Não circulante					
Fornecedores	2.646	0,1	2.646	0,1	-
Empréstimos e financiamentos	655.255	30,4	483.328	26,9	35,6
Tributos e contribuições sociais	41.431	1,9	28.260	1,6	46,6
Passivo financeiro setorial	43.710	2,0	69.313	3,9	(36,9)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	53.391	2,5	51.097	2,8	4,5
Benefícios a empregados - plano de pensão	67.199	3,1	56.955	3,2	18,0
Encargos setoriais	12.071	0,6	7.441	0,4	62,2
Outros	1.996	0,1	2.622	0,1	(23,9)
Total do não circulante	877.699	40,7	701.662	39,1	25,1
Patrimônio líquido					
Capital social	487.457	22,6	461.424	25,7	5,6
Reservas de capital	97.002	4,5	97.002	5,4	-
Reservas de lucros	124.514	5,8	105.664	5,9	17,8
Dividendos adicionais propostos	14.040	0,7	28.931	1,6	(51,5)
Outros resultados abrangentes	(28.206)	(1,3)	(21.545)	(1,2)	30,9
Total do patrimônio líquido	694.807	32,2	671.476	37,4	3,5
Total do passivo e patrimônio líquido	2.156.430	100,0	1.794.668	100,0	20,2

10.2 - a) Resultados das operações da Companhia

Em 2017, a Energisa Paraíba apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 2.386,8 milhões, ante R\$ 2.271,2 milhões registrados em 2016, aumento de 5,1% (R\$ 115,6 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 6,4% (R\$ 92,1 milhões) no ano, para R\$ 1.528,3 milhões.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Exercício		
	2017	2016	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	2.089,1	1.919,5	+ 8,8
✓ Residencial	1.051,4	945,7	+ 11,2
✓ Industrial	173,8	198,9	- 12,6
✓ Comercial	447,9	411,3	+ 8,9
✓ Rural	101,3	89,8	+ 12,8
✓ Outras classes	314,7	273,8	+ 14,9
(+) Suprimento de energia elétrica	31,7	128,6	- 75,3
(+) Fornecimento não faturado líquido	9,5	(5,5)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	61,1	45,4	+ 34,6
(+) Receitas de construção	122,5	144,4	- 15,2
(+) Constituição e amortização - CVA	27,4	28,9	- 5,2
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	140,3	129,4	+ 8,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	20,0	17,3	+ 15,6
(+) Outras receitas	7,7	7,6	+ 1,3
(=) Receita bruta	2.509,3	2.415,6	+ 3,9
(-) Impostos sobre vendas	736,5	675,8	+ 9,0
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(22,4)	(1,5)	+ 1.393,3
(-) Encargos setoriais	144,4	160,7	- 10,1
(=) Receita líquida	1.650,8	1.580,6	+ 4,4
(-) Receitas de construção	122,5	144,4	- 15,2
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	1.528,3	1.436,2	+ 6,4

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam: i) acréscimo de 1,9% no número de consumidores e o aumento de 1,8% no consumo de energia elétrica (+1,4% no 4T17), conforme item 4.3 deste relatório; ii) 4ª revisão tarifária, cujo efeito médio para os consumidores foi um aumento de 14,55% a partir de 28/08/2017; iii) constituição de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$ 20,0 milhões em 2017.

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.408,4 milhões em 2017, crescimento de 6,0% (R\$ 80,0 milhões), quando comparado com os mesmos períodos de 2016. Desse total, as despesas controláveis, com PMSO, cresceram 5,5% ou R\$ 14,8 milhões, totalizando R\$ 286,0.

Por sua vez, as despesas não controláveis cresceram 8,8% ou R\$ 74,5 milhões, totalizando R\$ 919,9 milhões, decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2017	2016	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	919,9	845,4	+ 8,8
1.1 Energia comprada	862,5	762,9	+ 13,1
1.2 Transporte de potência elétrica	57,4	82,5	- 30,4
2 Custos e Despesas controláveis	284,0	279,8	+ 1,5
2.1 PMSO	286,0	271,2	+ 5,5
2.1.1 Pessoal	123,4	116,0	+ 6,4
2.1.2 Fundo de pensão	22,8	18,6	+ 22,6
2.1.3 Material	16,2	15,0	+ 8,0
2.1.4 Serviços de terceiros	99,1	95,4	+ 3,9
2.1.5 Outras	24,5	26,2	- 6,5
✓ Multas e compensações	4,9	5,2	- 5,8
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	8,9	11,5	- 22,6
✓ Outros	10,7	9,5	+ 12,6
2.2 Provisões/Reversões	(2,0)	8,6	-
2.2.1 Contingências	(14,5)	(7,0)	+ 107,1
2.2.2 Devedores duvidosos	12,5	15,6	- 19,9
3 Demais receitas/despesas	82,0	58,8	+ 39,5
3.1 Depreciação e amortização	75,3	62,9	+ 19,7
3.2 Outras receitas/despesas	6,7	(4,1)	-
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	1.285,9	1.184,0	+ 8,6
Custo de construção (*)	122,5	144,4	- 15,2
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	1.408,4	1.328,4	+ 6,0

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Em 2017, a Energisa Paraíba registrou lucro líquido de R\$ 232,6 milhões, ante os R\$ 163,9 milhões registrados em 2016, crescimento de 41,9%. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 352,2 milhões em 2017, contra os R\$ 349,7 milhões apurados no ano anterior.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2017	2016	Var. %
(=) Lucro Líquido	232,6	163,9	+ 41,9
(-) Contribuição social e imposto de renda	(1,8)	(81,3)	- 97,8
(-) Resultado financeiro	(8,0)	(7,1)	+ 12,7
(-) Depreciação e amortização	(75,3)	(62,9)	+ 19,7
(=) Geração de caixa (EBITDA)	317,7	315,2	+ 0,8
(+) Receita de acréscimos moratórios	34,5	34,5	-
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	352,2	349,7	+ 0,7
Margem do EBITDA Ajustado (%)	21,3	22,1	- 0,8 p.p

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Não aplicável.

10.3 - a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

a) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10.4 - a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após
CPC 48/IFRS 9	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2018
CPC 47/IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes	1º de janeiro de 2018
Esclarecimentos à IFRS 15	Receitas de Contrato com Cliente emitida em 12 de abril de 2016.	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 10(R1)/IFRS 2	Pagamentos baseados em ações	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 11/IFRS 4	Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 28/IAS 40	Transferências de propriedade de investimentos	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Leases (Arrendamentos)	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 são os seguintes:

(i) IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros:

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis que pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9.

(a) Classificação e mensuração

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Para os passivos financeiros, não há alterações significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de alterações no risco de crédito próprio (OCI) para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado, que substitui o modelo utilizado de perda incorrida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos. Desta forma, a aplicação dos novos requisitos pode levar a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na conta clientes, consumidores e concessionárias. Esta nova forma de reconhecimento exigirá um julgamento sobre as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de créditos. A avaliação inicial efetuada pela Companhia não indica alterações relevantes na provisão para perdas por redução ao valor de recuperação dos seus principais ativos financeiros em função da adoção do IFRS 9.

(c) Contabilidade de hedge

De acordo com a prática atual, uma cobertura deve ser altamente efetiva, prospectiva e retrospectiva, enquanto a IFRS 9 vem introduzir um modelo novo e menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. O novo modelo altera os critérios de comprovação de relacionamentos de hedge.

Divulgação: A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação as informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

Transição: As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

(ii) IFRS 15/CPC 47 Receita de Contratos com Clientes:

A IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia optou por adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado. Desta forma, a aplicação deste pronunciamento terá seus impactos refletidos a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma análise detalhada de suas receitas e não identificou circunstâncias que indicassem que a adoção do IFRS15/CPC47, causará efeitos significativos em suas demonstrações financeiras.

(a) Receita de distribuição de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita com fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação no momento em que é faturada, com base no consumo medido multiplicado pela tarifa vigente. Adicionalmente, a Companhia estima e reconhece a receita não faturada com base da data efetiva de medição e o encerramento do mês.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é improvável, a Companhia deve avaliar se estas receitas serão reconhecidas líquidas das perdas estimadas. Com base na avaliação realizada pela Companhia não há impacto de perdas estimadas a ser considerado.

A Companhia, distribuidora de energia elétrica, é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes, entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecido aos consumidores que compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade coletivos, DEC e FEC, e os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. As penalidades que representam ressarcimento aos clientes, ou seja, DIC, FIC e DMIC deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto não é relevante.

(b) Receita de Disponibilidade do sistema de transmissão e distribuição da rede elétrica

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração da Companhia pela prestação do serviço aos consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(c) Receita de subvenções governamentais

A receita de subvenções governamentais é composta pelo subsídio fornecido pelo governo para consumidores enquadrados como baixa renda e pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que visa o custeio dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(d) Receita de construção da infraestrutura

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(e) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (CVA - ativa e passiva)

Corresponde as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse

dessas variações para as tarifas. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(f) Receita de comercialização e liquidação de energia

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é liquidado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(g) Receita de uso mútuo de redes e postes

Essa receita é oriunda dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. Sobre esta receita é aplicado um fator de compartilhamento com o consumidor, em montante igual a 60% da média anual dos últimos 3 anos, incorporado às tarifas como redutor de receita. Esse fator redutor é aplicado a cada 4 anos no processo de revisão tarifária periódica.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras

(h) Ativo financeiro indenizável da concessão

A receita de atualização reconhecida pela distribuidora de energia elétrica é reconhecida a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(iii) IFRS 16 Leases (arrendamentos):

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Em 2018 a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento será modificada, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e

despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 16.

Transição: Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

(iv) Outras alterações:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016;
- Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda;
- Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23;
- Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise com maior profundidade será realizada para identificar impactos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia

Não aplicável

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a) Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço

Não aplicável

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável

10.8 - Principais elementos do plano de negócios da Companhia

a) Investimentos

Com foco em projetos que visam ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados e satisfação dos seus clientes, a Energisa Paraíba investiu ao longo dos últimos três anos R\$ 429,0 milhões, dos quais R\$ 140,4 milhões foram realizados em 2017, ante R\$ 159,2 milhões em 2016.

Os investimentos realizados em 2017 foram os seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	2017	2016	Var. %
Ativos Elétricos	110,5	115,1	- 4,0
Obrigações Especiais (*)	21,2	25,1	- 15,5
Ativos Não Elétricos	8,7	19,0	- 54,2
Total dos Investimentos	140,4	159,2	- 11,8

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações em 2017, destacam-se: programa de Investimentos no sistema de distribuição de média e alta tensão, associados à melhoria da qualidade do produto e do serviço;

- instalação de um regulador trifásico 69 kV - 50 MVA na subestação Cajazeiras, visando adequar os níveis de tensão fornecidos pelas subestações Cajazeiras, São João do Rio do Peixe e Uirauná;
- construção de 36 km de linha de distribuição de 69 kV, entre Santa Rita II/Sapé, em função do seu estado de conservação; e
- construção da subestação Soledade 69/13,8 kV - 6,25 MVA e a linha de distribuição de 69 kV associada.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	2017	2016	Acréscimo
Subestações - nº	63	63	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.255	1.181	+ 74,0
Linhas de transmissão - km	2.321	2.290	+ 31,0
Redes de distribuição (próprias) - km	74.374	70.371	+ 4.003,0
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	60.332	59.166	+ 1.166,0
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.591	1.536	+ 55,0

Para 2018, a Energisa Paraíba prevê investimentos de R\$ 156,7 milhões, assim discriminados, conforme Fato Relevante divulgado em 14 de março de 2018:

Ativos Elétricos	Ativos Não-Elétricos	Ativos Próprios Total	Obrigações Especiais (CDE e Participação Financeira do Consumidor)	Total
131,2	16,2	147,4	9,3	156,7

Os valores acima foram estimados pela Administração das Companhias e englobam os ativos elétricos e não elétricos próprios, assim como obrigações especiais, especialmente dos segmentos de distribuição e transmissão, tendo como foco: (i) o programa de universalização de energia elétrica; (ii) o atendimento de novas cargas e expansão das redes elétricas; (iii) a manutenção e substituição de ativos das redes elétricas; (iv) a melhoria da qualidade na prestação de serviços de distribuição; (v) o combate ao furto de energia; e (vi) o aperfeiçoamento de processos internos e de informática.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável

c) Novos produtos e serviços

Não aplicável

10.9 - outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

João Pessoa, 27 de março de 2018.

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração